



## **PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL: 90196/2024-HUM**

**E-PROTOCOLO: 23.023.671-2**

**PROCESSO GMS: 2190/2024**

**UASG: 926764**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Divisão de Compras, da Diretoria Administrativa do **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ** da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

### **PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO: MENOR PREÇO POR  
LOTE**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

**Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:**

**Até 08h59min do dia 07/02/2025**

**Início da sessão / disputa de lances:**

**09h00min do dia 07/02/2025**

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

#### **1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de equipamento de imunologia e fornecimento de insumos compatíveis para atender à demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma legal.

#### **2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço total máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 739.613,08 (setecentos e trinta e nove mil seiscentos e treze reais e oito centavos).

#### **3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; e/ou

– FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 – dotação 4760.10.122.35.8169; e/ou

- Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM.

#### **4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRAS.GOV.BR. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e [www.npd.uem.br/cmp/del\\_divulgacao.zul](http://www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao.zul). Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Robson Rogers Moreira designado pela Portaria n.º 11/2024 - HUM, servidor da Universidade Estadual de Maringá.

**E-mail:** [sec-hum-compras@uem.br](mailto:sec-hum-compras@uem.br) e/ou [rrmoreira@uem.br](mailto:rrmoreira@uem.br)

**Telefones:** (44) 3011-9199; 3011-9428; 3011-9197

**Endereço:** Avenida Mandacarú, 1590 – CEP 87083-240, Maringá / Paraná

**O atendimento será feito no horário das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min.**

## **5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

### **5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no endereço eletrônico [sec-hum-compras@uem.br](mailto:sec-hum-compras@uem.br) e/ou [rrmoreira@uem.br](mailto:rrmoreira@uem.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

### **5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital.

### **5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## **6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

**1.1** Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.2** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

**3.1** O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4 PROPOSTA PARCIAL:**

**4.1** O licitante não poderá ofertar proposta parcial.

### **5 RESERVA DE ITENS PARA ME E EPP:**

Não será aplicado reserva de cota para ME/EPP/MEI, a contratação se dará em lote indivisível não sendo possível a aplicação de reserva de cota para empresas enquadradas como **ME/EPP/MEI**. Entretanto **não** se afasta a possibilidade de participação de ME/EPP/MEI, assim como a legislação estabelece, com aplicação de norma específica referente ao tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

### **6 CONSÓRCIO:**

**6.1** “Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, o objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, e o quantitativo a ser adquirido não caracteriza impossibilidade de fornecimento por um único fornecedor além de que será permitida a apresentação de proposta parcial conforme previsão do item

### **6 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD;

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRAS.GOV.BR, na página [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) ou, ainda, por meio do telefone **0800 978 9001** (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do item;

**4.1.2** Marca;

**4.1.3** Modelo/Fabricante;

**4.1.4** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.9** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.10** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.12** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**5.15** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** O **Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.18** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**5.20** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.21** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.22** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.23** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.24** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.25** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.26** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.27** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.27.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.27.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.27.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.

**5.28** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

**6.3** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.3.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.6** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.6.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.6.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.7** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.8** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.9** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.9.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.9.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.10** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.11** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** Os licitantes deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.1.1 3.2** A primeira fatura, referente à locação, deverá ser emitida somente 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos equipamentos locados. Entende-se por entrega definitiva o fornecimento, *instalação, qualificação, treinamento e validação dos equipamentos locados.*

**11.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot \frac{1}{365} \cdot I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa  
anual = 6%.

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## **12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – Foro de Maringá, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

(documento datado e assinado digitalmente)

**Robson Rogers Moreira**

Pregoeiro

Portaria 011/2023-HUM

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada para locação de equipamento de imunologia e fornecimento de insumos compatíveis para atender à demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário de Maringá, pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado na forma legal, conforme especificações abaixo:

| Item                          | Cod.<br>GMS        | Especificação                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Qtde | Unid | VI.Máx Unit  | VI.Máx Total  |
|-------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|--------------|---------------|
| <b>LOTE 01 – itens 1 a 19</b> |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |      |      |              |               |
| 1                             | 0608<br>-<br>69516 | Prestação de Serviços, Locação de Equipamento para Análise Imunológico, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EQUIPAMENTO DE QUIMIOLUMINESCÊNCIA OU ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA OU ELFA. Demais informações no item 1.2.1.1<br>BR 14206                                                                        | 12   | UN   | R\$ 5.118,84 | R\$ 61.426,08 |
| 2                             | 6607<br>-<br>74401 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de 25 OH Vitamina D por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 400466                                                                                                             | 3500 | UN   | R\$ 21,38    | R\$ 74.830,00 |
| 3                             | 6607<br>-<br>12197 | Reagente químico, TIPO: Para detecção de anticorpos (Anti-HBs) contra o antígeno de superfície do vírus da hepatite B (Anti-HBs) no soro, Por método automatizado de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 400448 | 2000 | UN   | R\$ 11,57    | R\$ 23.140,00 |
| 4                             | 6607<br>-<br>12196 | Reagente químico, TIPO: Para detecção de anticorpos Anti-HBc totais contra o CORE do vírus da hepatite B (Anti-HBc total) no soro, Por método automatizado de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 400314        | 1400 | UN   | R\$ 10,54    | R\$ 14.756,00 |
| 5                             | 6607<br>-<br>12194 | Reagente químico, TIPO: Para detecção de anticorpos Anti-HCV dirigidos contra o vírus da hepatite C (Anti-HCV) incluindo regiões do core NS3, NS4 do HCV no soro, Por                                                                                                                              | 2400 | UN   | R\$ 16,98    | R\$ 40.752,00 |

|    |              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |    |           |               |
|----|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----|-----------|---------------|
|    |              | método automatizado de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 352207                                                                                                                                                                                                                                   |      |    |           |               |
| 6  | 6607-84457   | Kit reagente HBsAg: Reagente para detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B, fase sólida constituída por anticorpos monoclonais e/ou policlonais, permitindo a detecção de mutantes do HBsAg, em soro humano, por método automatizado de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 352205 | 2400 | UN | R\$ 9,61  | R\$ 23.064,00 |
| 7  | 6607 - 74399 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de Vitamina B12 por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 349473                                                                                                                                                                                                     | 2000 | UN | R\$ 9,41  | R\$ 18.820,00 |
| 8  | 6607-84459   | Kit Reagente Para dosagem de Beta-hCG, por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 357109                                                                                                                                                                                                                | 3500 | UN | R\$ 9,32  | R\$ 32.620,00 |
| 9  | 6607-84460   | Kit Reagente para dosagem de CKMB massa, por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 442301                                                                                                                                                                                                              | 3000 | UN | R\$ 13,82 | R\$ 41.460,00 |
| 10 | 6607 - 74403 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de Troponina I de alta sensibilidade, por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 400449                                                                                                                                                                               | 4000 | UN | R\$ 13,92 | R\$ 55.680,00 |
| 11 | 6607 - 74406 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de T4 livre por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA. (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 340722                                                                                                                                                                                                         | 2200 | UN | R\$ 6,08  | R\$ 13.376,00 |
| 12 | 6607         | Kit reagente, TIPO: Para dosagem                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 3000 | UN | R\$ 5,97  | R\$ 17.910,00 |

|    |                    |                                                                                                                                                                                                                                                                    |      |    |           |               |
|----|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----|-----------|---------------|
|    | -<br>74410         | de TSH por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 340709                                                                                                                            |      |    |           |               |
| 13 | 6607<br>-<br>12199 | Reagente químico, TIPO: Para a dosagem quantitativa de Ferritina no soro Por método automatizado de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 340708                                  | 1800 | UN | R\$ 8,11  | R\$ 14.598,00 |
| 14 | 6607<br>-<br>74396 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de Toxo IgG por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 356312                                                                                     | 4000 | UN | R\$ 12,24 | R\$ 48.960,00 |
| 15 | 6607<br>-<br>74397 | Kit reagente, TIPO: Para dosagem de Toxo IgM por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 356313                                                                                     | 4000 | UN | R\$ 14,21 | R\$ 56.840,00 |
| 16 | 6607<br>-<br>69528 | Kit reagente para dosagem de BNP (Peptídeo Natriurético Cerebral), por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 412590                                                               | 1400 | UN | R\$ 23,60 | R\$ 33.040,00 |
| 17 | 6607<br>-<br>69529 | Kit reagente para dosagem de Procalcitonina, por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 437084                                                                                      | 600  | UN | R\$ 51,07 | R\$ 30.642,00 |
| 18 | 6607<br>-<br>12193 | Reagente para detecção simultânea do antígeno P24 do HIV1 e de anticorpos para HIV-1 (incluindo grupo O) e HIV-2 (HIV 1/2 AG/AB), por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA (reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 359902 | 6500 | UN | R\$ 11,98 | R\$ 77.870,00 |
| 19 | 6607<br>-<br>76955 | Reagente para detecção de anticorpos da classe IgM e IgG contra o <i>Treponema pallidum</i> , no                                                                                                                                                                   | 4900 | UN | R\$ 12,21 | R\$ 59.829,00 |

|                                     |  |                                                                                                                                                                                          |  |  |  |                       |
|-------------------------------------|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|-----------------------|
|                                     |  | soro humano, com antígenos obtidos por DNA recombinante, por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência ou ELFA(reagentes + calibradores + acessórios + consumíveis).<br>BR 616712 |  |  |  |                       |
| <b>TOTAL DO LOTE (itens 1 a 19)</b> |  |                                                                                                                                                                                          |  |  |  | <b>R\$ 739.613,08</b> |

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1.2.1 Descritivo detalhado dos itens

#### 1.2.1.1 ITEM 1 – EQUIPAMENTO DE IMUNOLOGIA E ACESSÓRIOS:

- a) O equipamento fornecido para o laboratório deverá:
- b) Executar os exames pelas metodologias: QUIMIOLUMINESCÊNCIA, ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA ou ELFA (enzimático fluorimétrico), com capacidade de processar 100 testes/hora, no mínimo.
- c) O equipamento cotado a ser entregue deve estar na sua versão mais atualizada, em perfeitas condições de uso (mediante comprovação, através de atestado do fabricante, que garanta a capacidade operacional durante todo o tempo de vigência do contrato) e, caso haja atualização tecnológica durante a vigência do contrato, a empresa deverá efetuar a troca ou atualização do mesmo. Deve permitir acesso remoto online pela assistência técnica para acompanhamento do processo, correção de erros e solução de problemas sem ônus ao HUM.
- d) Os equipamentos devem executar todos os parâmetros solicitados na tabela que consta no item 1.1 deste edital.
- e) Ser totalmente automatizado e multiparamétrico, sem necessidade de pré-diluição e pré-tratamento de amostras e reagentes. Automação total considera-se um sistema que realize pipetagem e dispensações de reagentes e amostras, incubação, lavagem, leitura, com impressão automática e interpretação dos resultados incluindo erros de pipetagens, critérios de validação, identificação da amostra e se o resultado é válido ou não é válido, atendendo aos requisitos mínimos, para garantir a confiabilidade e segurança na rotina do laboratório.
- f) Fornecer completa rastreabilidade de todos os dados sobre os insumos, equipamento, operador, calibrações e controles em todas as fases da rotina laboratorial.
- g) Possibilitar acesso randômico a todas as amostras durante o funcionamento (alimentação dos tubos primários, contínua e sem necessidade de parar o equipamento e possibilitar a realização prioritizada de exames de urgência).
- h) Permitir o acesso contínuo a todas as amostras e reagentes durante o funcionamento do mesmo.
- i) Possuir leitor de código de barras para amostras e reagentes. Capacidade de leitura automática dos códigos de barras fornecidos pelo LAC-HUM (código de barras no padrão Code ISBT 128).
- j) Possuir compartimento de amostras que acomode tubos primários ou secundários de 3,5 (três e meio) a 10 (dez) mililitros. O volume morto deverá ser de no máximo 50 µl, e caso seja necessário copos de amostra (para micro amostras), estes deverão ser fornecidos pela empresa vencedora do certame, em quantidade suficiente para a realização dos testes e sem ônus adicional.
- k) Permitir a repetição automática das amostras com programação dos parâmetros de repetição.
- l) Apresentar sistema de sensibilidade do nível de líquido e tecnologia para detecção de bolhas e micro-coágulos.
- m) Apresentar sistema de controle de qualidade, que permita a avaliação de diferentes níveis de controle, na forma de gráfico de Levey-Jennings e possibilite a escolha de um período determinado (dias, meses) ou lote do teste.
- n) Possuir software de fácil manuseio e deverá estar capacitado a identificar valores anormais, bem como valores que ultrapassem o limite de linearidade da reação.

- o) Apresentar capacidade de armazenar as calibrações completas em memória, possibilidade de memória física e total capacidade de interfaceamento bidirecional, sem custos adicionais.
- p) Ter registro obrigatório no Ministério da Saúde do Brasil, válido e comprovado.
- q) No caso de isenção de Registro, deverá ser comprovada por meio de documento oficial. Deverá comprovar que está apta para prestar os serviços de assistência técnica, instalação, manutenção e calibração aos equipamentos. Ao apresentar cotação, fornecer descrição completa dos produtos e equipamentos cotados, anexando encarte contendo foto e dimensões do equipamento.
- r) Possuir sistema próprio de manutenção da temperatura sob condições ideais de funcionamento caso os reagentes necessitem manter-se sob temperatura controlada até seu completo uso.
- s) Visualização dos volumes e rendimento dos reagentes em tempo real na tela de trabalho e identificação dos frascos por código de barras.

- Computador para a interfaceamento dos testes, com as seguintes características mínimas:

Computador que permita a transmissão de dados diretamente a uma rede cliente-servidor. Requisitos mínimos recomendados para estação de comunicação com equipamento:

- o Windows 11
- o 8 núcleos de processamento 64bits (Intel Core i7 9ª geração ou equivalente na linha Xeon podendo ser virtualizado);
- o 16 GB RAM;
- o 256 GB de armazenamento SSD livre de sistema operacional.

- Centrífuga, com as seguintes características mínimas:

- o Trava de segurança na tampa;
- o Sensor de tampa aberta;
- o Centrífuga microprocessada;
- o Velocidade programável de até 3600 RPM;
- o Temporizador programável;
- o Painel com display digital indicando a velocidade de rotação e tempo de centrifugação;
- o Freio automático ou acionado através do teclado;
- o Motor de indução sem escovas com rolamentos de esferas;
- o Rotor basculante (Sistema swing);
- o Capacidade para 12 tubos (ou mais) de 12 x 75 mm;
- o Tensão 110 ou 220 V, 50/60 Hz 600 W.
- o A centrífuga deverá passar por manutenção preventiva e corretiva, nas mesmas condições do equipamento principal, devendo também passar por processo de calibração anual, com emissão de certificado de acordo com as normas técnicas vigentes.

- No-Break:

- o Deve possuir capacidade compatível com o equipamento instalado para a realização dos exames de imunologia. Funcionamento do equipamento por no mínimo 30 minutos sem energia.

- Impressora:

- Fornecer impressora, bem como todo o material necessário para seu uso, para impressão dos resultados dos testes realizados, quando necessário.

O computador, No-break e impressora devem ser fornecidos juntamente com a entrega do equipamento principal. Quanto à centrífuga, por se tratar de equipamento acessório, admite-se prazo de entrega de até 60 dias após a entrega definitiva do equipamento principal.

#### **1.2.1.2 ITENS 2 A 19 - REAGENTES:**

- a) O descritivo técnico dos itens são os constantes no itens 1.1 deste Termo de Referência.
- b) A licitante vencedora deverá entregar os produtos em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, os seguintes dados: fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Certificado de Registro em vigor (expedido pelo Ministério da Saúde) onde conste o número e a validade do Registro, denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante. Deverá também fornecer Laudo de Controle de Qualidade (certificado de análise do kit) para cada entrega de novo lote do produto. Caso algum lote apresente não conformidade deverá ser substituído integralmente, após notificação por e-mail e comprovação dos resultados, sem qualquer custo ao LAC-HUM. As embalagens externas, utilizadas para o transporte dos produtos, deverão estar etiquetadas com todos os dados do fabricante e da licitante, bem como a condição da fragilidade do conteúdo.
- c) Para materiais de consumo (reagentes, e demais insumos consumíveis em geral), mediante o pedido por e-mail (envio da Ordem de Compra/Nota de Empenho ao fornecedor), a entrega deverá ser realizada em até 7 dias úteis no endereço do solicitante.
- d) Os reagentes ofertados devem possuir apresentação com no máximo 100 testes/kit, para as dosagens/exames especificadas na tabela do item 1.1.
- e) A empresa deverá possuir todos os kits consultados, sob pena de desclassificação.
- f) Deverá estar incluso no preço do teste: os controles, padrões, calibradores, consumíveis e os reagentes adicionais (cubetas, tampões, ácidos, soluções de lavagem ou limpeza, solução de reação, desproteinizantes, etc) e demais acessórios necessários para a realização dos testes; os quais deverão ser fornecidos em quantidades suficientes para a quantidade de testes previstos, para a realização da calibração dos lotes ou re-calibração quando necessária e reposição dos controles e calibradores sempre que os mesmos estiverem esgotados ou com seus prazos de validade próximos de expirarem. Deverá haver um calibrador específico para cada um dos testes/exames. Deverá ser incluído também todos os reagentes necessários para o funcionamento, manutenção e conservação do equipamento.

#### **1.2.1.4 DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA CIENTÍFICA PELA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá proporcionar treinamentos e reciclagens aos servidores do LAC-HUM e disponibilizar assessoria científica à CONTRATANTE, como segue:

- a) Realizar treinamento *in locu* para a equipe do LAC-HUM logo após a instalação dos equipamentos e sistemas de informatização, quanto aos procedimentos de manutenção, calibração e operação dos equipamentos; gestão do controle de qualidade; gestão dos dados de identificação; interfaceamento dos dados e fluxo de informação.
- b) Realizar treinamentos/reciclagem, em horários e turnos previamente combinados com o LAC-HUM, sempre que houver atualização de processos operacionais ou de gestão de informações dos itens do contrato.
- c) Propor e realizar reciclagens periódicas *in locu* para a equipe do LAC-HUM mediante solicitação da CONTRATANTE, em data e período acordados entre as partes.
- d) A CONTRATADA deverá arcar com os custos de transporte, locomoção, estadia, insumos e mão de obra referente aos treinamentos e reciclagens.
- e) Proporcionar educação continuada à equipe do LAC-HUM, quanto aos equipamentos contratados para a completa utilização dos recursos tecnológicos disponíveis.

f) Manter canais de comunicação (WhatsApp, e-mail, telefone) para abertura de chamados de assistência científica durante 24 (vinte e quatro) horas/dia, os quais deverão ser respondidos em até 72 horas após a abertura do chamado.

g) Informar via e-mail (lab-lac@uem.br) as notificações ou alertas de limitações ou inconsistências geradas pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos e insumos ou órgãos de gestão e registro de produtos utilizados em diagnóstico clínico inclusos no contrato.

### 1.2.1.3 DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PELA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica preventiva e corretiva de equipamentos, periféricos e softwares durante toda a vigência do contrato de locação e até a total utilização dos insumos contratados, como segue:

- a) Disponibilizar e seguir cronograma de procedimentos para a manutenção preventiva e calibrações, de acordo com os manuais do(s) fabricante(s).
- b) Os agendamentos de data e horário das manutenções preventivas deverão ser acordadas previamente com a CONTRATANTE (LAC-HUM) de maneira a não prejudicar a rotina de realização dos exames.
- c) Realizar manutenções preventivas e/ou corretivas dos equipamentos instalados, com reposição de peças e assistência técnica local e gratuita, autorizada pela contratada, sempre que necessário, sem nenhum custo adicional para o LAC-HUM.
- d) É exigido que ocorra o acompanhamento da rotina por período suficiente para que seja observado o funcionamento adequado dos equipamentos e/ou sistemas contratados após a execução de serviços de manutenção.
- e) Após a execução dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, deverão ser emitidos relatórios dos serviços executados *in locu* e estes disponibilizados ao LAC/HUM, via e-mail (lab-lac@uem.br). Nos relatórios deverão constar no mínimo as seguintes informações: identificação da empresa prestadora do serviço, data da realização, especificação do equipamento (modelo, fabricante, n.º de série), local onde está instalado o equipamento, nome do responsável pelo Laboratório que acompanhou o serviço, tipo e descrição do serviço executado (lista dos procedimentos realizados), identificação e assinatura do técnico responsável pelo procedimento.
- f) Manter canais de comunicação (WhatsApp, e-mail, telefone) para notificação de inadequações e/ou abertura de chamados de assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas/dia.
- g) A CONTRATANTE realizará a abertura do chamado para efetuar correções, e a CONTRATADA deverá efetuar a correção de problemas em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da abertura do chamado. Caso a CONTRATADA não efetue a correção dentro desse prazo, em razão da necessidade de peças ou componentes, a CONTRATADA deverá formalizar de imediato esta necessidade e discriminar o prazo para a chegada da peça e solução final do problema. O prazo informado poderá ser aceito ou não pela CONTRATANTE, determinando em caso negativo o acionamento imediato do PLANO DE CONTINGÊNCIA.
- h) No período de 24 (vinte e quatro) horas após a abertura de chamado, na impossibilidade de realização das análises no equipamento, o PLANO DE CONTINGÊNCIA poderá ser acionado, de maneira a não interromper o fluxo de trabalho no LAC-HUM. A decisão por acionar o PLANO DE CONTINGÊNCIA nestas condições será da coordenação LAC-HUM, com a abertura de comunicado à CONTRATADA.
- i) O(s) chamado(s) somente será(ão) encerrados após a solução final do problema pela CONTRATADA.
- j) A CONTRATADA deverá arcar com os custos de transporte, locomoção dos equipamentos dentro do LAC-HUM, e troca de peças e componentes dos equipamentos, assim como da mão de obra referente às manutenções preventivas e corretivas;
- k) Realizar a reposição e/ou o ressarcimento completo de reagentes e consumíveis que por ventura sejam perdidos por falha técnica ou irregularidade de desempenho dos equipamentos, periféricos e insumos contratados. O relatório de perdas será realizado pela coordenação do LAC-HUM, e disponibilizado à CONTRATADA via e-mail para concordância e ressarcimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do envio do relatório.

- l) O(s) equipamento(s) que sofrerem limitações operacionais consecutivas que persistam por período em somatória de 30 (trinta) dias corridos por vigência contratual ou quando seus problemas técnicos não tenham sido sanados nos prazos acima estabelecidos, a CONTRATADA deverá substituí-lo(s) em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação oficial justificada dessa necessidade pela coordenação do LAC/HUM, à CONTRATADA.
- m) O(s) equipamentos(s) que venha(m) a substituir o(s) previamente locado(s) deve(m) ter configuração igual ou superior, atender às necessidades LAC-HUM, e serem mantidas as demais condições do contrato.

#### **1.2.1.5 DO PLANO DE CONTINGÊNCIA**

- a) A empresa responsável pela PRIMEIRA PROPOSTA CLASSIFICADA durante o processo de licitação deverá apresentar a proposta de PLANO DE CONTINGÊNCIA em até 72h após esta classificação; a CONTRATANTE acionará o PLANO DE CONTINGÊNCIA nas seguintes condições: não resolução de problemas de ordem técnica que paralise o equipamento locado, seja por falha operacional persistente ou, ainda, por falta de insumos ou materiais, ocasionada pela CONTRATADA.
- b) O plano de contingência deve abranger a instalação no LAC-HUM de outro equipamento de igual qualidade, ou o encaminhamento dos exames para execução em laboratório externo;
- c) O PLANO DE CONTINGÊNCIA poderá ser acionado pela CONTRATANTE quando ultrapassadas as 24 (vinte e quatro) horas de aberto chamado para manutenção corretiva de falhas que impeçam a utilização do(s) equipamento(s) com segurança técnica, ou antes deste prazo, para os exames considerados de urgência e emergência, a saber: TROPONINA I, CKMB, BNP e BHCG, de maneira a manter as atividades do LAC/HUM.
- d) Todo o ônus financeiro, operacional e logístico da aplicação do PLANO DE CONTINGÊNCIA será de responsabilidade da CONTRATADA.
- e) A CONTRATADA, através do operador logístico escolhido, deverá realizar o transporte do material biológico obedecendo às determinações legais estabelecidas na RDC nº 302, DE OUTUBRO 2005.
- f) Todos os parâmetros solicitados no contrato deverão ser atendidos durante a execução do PLANO DE CONTINGÊNCIA, respeitando-se a qualidade técnica, os protocolos seguidos pela instituição e o tempo de resposta limite para cada análise.
- g) O PLANO DE CONTINGÊNCIA poderá ser aplicado por até 30 (trinta) dias corridos, para tempo hábil de troca de peças e/ou instalação de novo equipamento, ou somados até 60 (sessenta) dias alternados de todos os períodos de aplicação do plano durante a vigência do contrato.
- h) O laboratório externo que porventura prestar serviços à CONTRATADA durante aplicação do PLANO DE CONTINGÊNCIA deverá prestar atendimento por 24 horas, ininterruptas, para atender à necessidade do HUM.
- i) O laboratório externo que porventura prestar serviços à CONTRATADA durante aplicação do PLANO DE CONTINGÊNCIA deverá ser aprovado pela CONTRATANTE. São critérios de avaliação pelo LAC-HUM: a participação e aprovação do laboratório em programas de controle de qualidade/ensaio de proficiência e/ou certificação por órgãos certificadores para laboratórios clínicos.
- j) Os resultados laudados dos exames encaminhados via PLANO DE CONTINGÊNCIA deverão ser disponibilizados pela empresa prestadora do serviço através de meio digital (portal, site da empresa, ou em pdf via email).

#### **1.2.1.6 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

- a) A empresa vencedora deverá manter o equipamento no laboratório, após término do contrato, até o uso completo dos kits adquiridos, por um período estimado de 2 meses, cumprindo as demais condições do edital e descritivo.
- b) Fornecer listagem de todos os materiais necessários para a execução dos exames, discriminando a quantidade em unidade e volume.

- c) Fornecer manual do equipamento detalhado (incluindo tipos de erros e possíveis soluções) em português.
- d) A licitante deverá apresentar Certificado de Registro dos equipamentos e dos produtos ofertados, expedido pelo Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do Registro, denominação do produto, nome e número do CNPJ do fabricante. No caso de isenção de Registro, deverá ser comprovada por meio de documento oficial. Deverá comprovar que está apta para prestar os serviços de assistência técnica, instalação, manutenção e calibração do equipamento principal (analisador). Ao apresentar cotação, fornecer descrição completa dos produtos e equipamentos cotados, anexando encarte contendo foto e dimensões do equipamento.
- e) A calibração dos equipamentos deverá seguir o disposto na RDC nº 786/2023, que dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC), inclusive quanto ao artigo 61 que preconiza: "Os instrumentos devem ser calibrados em laboratórios acreditados por organismos de acreditação signatários dos acordos de reconhecimento mútuo, a fim de garantir a rastreabilidade metrológica, conforme a periodicidade recomendada pelo fabricante".

### 1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O equipamento e os insumos devem possuir registro ANVISA.

### 1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O equipamento locado, objeto desta contratação, deverá ser entregue e instalado de forma definitiva em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta; a primeira entrega de materiais consumíveis deverá ser realizada juntamente com a entrega do equipamento locado; As demais entregas, de reagentes, deverão ser realizadas em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento (OF) por email, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta.

### 1.5. AMOSTRAS

1.5.1. O primeiro licitante classificado deverá, obrigatoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, apresentar amostra para análise e aprovação.

1.5.1.1 Quantitativo mínimo de amostras para testes: 50 testes de cada reagente (itens 02 ao 17) + quantitativo de testes necessário para realização de calibração e controle/lote + acessórios necessários para realização dos 50 testes de cada reagente.

1.5.1.2 Local de entrega:

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Logradouro: AVENIDA MANDACARÚ, 1590

CEP 87083-240, Cidade MARINGÁ/PR

A/C da Sra. Silvana Lorenzi Vizoni

Órgão/Entidade avaliador: Laboratório de Análises Clínicas do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Fone: (44) 3011-9422

#### 1.5.1.3 AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO/KITS REAGENTES:

a) O licitante primeiro colocado (será aquele que apresentar o menor preço global para o lote) deverá fornecer detalhamento das necessidades das instalações elétricas e hidráulicas, bem como as dimensões e o peso do equipamento. Caso haja necessidade de adequação da rede elétrica e/ou hidráulica ou área física, para instalação do equipamento, a empresa deverá fazer avaliação e emitir relatório em até 48 (quarenta e oito) horas após o resultado do julgamento da proposta. A necessidade elétrica e hidráulica para funcionamento, bem como a adequação da área física às dimensões dos equipamentos, e todo e qualquer

requisito técnico de instalação do equipamento ofertado será de responsabilidade da empresa vencedora da licitação, incluindo todos os materiais necessários e mão de obra exigida para as instalações, sendo que a instalação do equipamento deverá estar concluída em até 10 dias após o julgamento da proposta. Após conclusão, enviar relatório de qualificação de instalação dos equipamentos.

b) Caso os equipamentos oferecidos para a locação nunca tenham sido utilizados pelo LAC-HUM, os mesmos deverão ser validados previamente, em até 15 dias após instalação do equipamento, às expensas da licitante, com fornecimento dos insumos, catálogos e bulas, que comprovem todas as especificações técnicas exigidas, anterior a declaração do vencedor da licitação, com acompanhamento de um técnico operador do equipamento para auxiliar na condução do processo de validação.

c) Realizar treinamento gratuito aos encarregados de operação do equipamento, nos seguintes horários/turnos: Manhã, das 08h ao 12h; Tarde, das 13h30 às 17h30; Noite, das 19h30 às 23h30. Deverá fornecer todos os materiais necessários ao treinamento, sem ônus para a instituição, inclusive kits e insumos, não podendo utilizar-se da quantidade contratada.

**1.5.1.4** Todas as amostras deverão ser transportadas e entregues dentro da faixa de temperatura recomendada pelo fabricante.

**1.5.1.5** Os equipamentos e insumos serão avaliados pela equipe técnica do HUM. Serão avaliadas as características apresentadas pela empresa e verificado se o equipamento e os insumos realmente atendem a todos os requisitos listados no edital. Também serão consideradas as condições de entrega dos itens e verificadas as condições de usabilidade pela equipe de assistência ao paciente, bem como adequação à infraestrutura disponível/existente no HUM.

**1.5.2** Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.2.

**1.5.3** Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

**1.5.4** Compete ao órgão/entidade, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

**1.5.5** Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

**1.5.6** O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

**1.5.7** Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

**1.5.8** No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**1.5.9** O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

**1.5.10** O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

**1.5.11** As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

**1.5.12** O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

**1.5.13** As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

**1.5.14** As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

**1.5.15** A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

**1.5.16** O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** O Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM) faz parte da RUE (Rede de Urgência e Emergência), sendo referência no atendimento de pacientes da 15ª RS e Macrorregião Noroeste do Estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 2 milhões de habitantes; Em termos de produção em 2021 foram executados 610.711 exames laboratoriais, em 2022 totalizamos 538.024 exames, em 2023 foram 504.927 exames, e até agosto/2024, totalizamos 412.646 exames (Fonte: Relatório de faturamento GSUS).

O Laboratório de Análises Clínicas do HUM (LAC-HUM) é especializado em exames de urgência e emergência, bem como exames de solicitação ambulatorial. Por tratar-se de um hospital ligado à Universidade Estadual de Maringá, também é campo de estágio para alunos dos cursos do CCS (Centro de Ciências da Saúde), bem como local de atuação da Residência em Análises Clínicas. O LAC-HUM atua no embasamento do diagnóstico clínico, e contribui para um melhor atendimento aos pacientes, tanto internados como ambulatoriais. O serviço de exames laboratoriais é uma necessidade contínua dentro de um hospital, pois é mediante os exames laboratoriais que os pacientes são avaliados, tratados e acompanhados pelo corpo clínico.

São diversas as categorias de exames realizados no LAC-HUM: Bioquímica, gasometria, hematologia, imuno-hematologia, microscopia em geral, urinálise, coagulação, imunologia, microbiologia, dentre outros. Os exames laboratoriais auxiliam a tomada de decisões do corpo clínico, possibilitando dessa forma uma melhor assistência ao paciente e preservação da vida.

Exames laboratoriais são, freqüentemente, capazes de detectar a causa das doenças e condições de saúde, e desta forma, conduzem ao tratamento mais adequado para as condições apresentadas e otimizando o tratamento como um todo, podendo reduzir taxas de internação e permanência hospitalar. Seus resultados são utilizados para diagnóstico, monitoramento e acompanhamento do estado de saúde dos pacientes, podendo inclusive reduzir custos com terapias desnecessárias.

No contexto do LAC-HUM, os exames de imunologia (vitaminas, hormônios, doenças infecciosas, marcadores biológicos) são utilizados para o apoio diagnóstico rápido e preciso e monitoramento de tratamentos. Nos atendimentos de urgência e emergência, a identificação rápida de distúrbios hormonais ou deficiências vitamínicas pode ser crucial. Os testes para doenças infecciosas, como hepatites e toxoplasmose ajudam a diagnosticar doenças que podem ter consequências graves para os pacientes, permitindo intervenções rápidas.

Nos atendimentos em enfermarias e ambulatório, os exames hormonais são essenciais para monitorar pacientes em tratamento, como aqueles que utilizam hormônios substitutivos ou que fazem terapia para distúrbios endócrinos, incluindo a avaliação de deficiências vitamínicas, com grande impacto especialmente em populações vulneráveis.

Os resultados desses exames são freqüentemente utilizados por diferentes especialidades, como endocrinologia, reumatologia, infectologia, pediatria, cardiologia, clínica médica, ginecologia e obstetria, dentre outros, para uma abordagem integrada no cuidado ao paciente.

O diagnóstico precoce e o tratamento adequado podem reduzir custos a longo prazo, evitando hospitalizações e complicações associadas a doenças avançadas.

A realização de exames de imunologia no HUM é essencial para garantir um atendimento eficaz, seguro e de qualidade. Eles não apenas facilitam diagnósticos precisos e rápidos, mas também promovem a saúde e o bem-estar da população atendida, contribuindo para uma abordagem mais eficaz em saúde pública.

Diante do exposto, fica clara a importância de possuir processos de licitação homologados contendo os materiais e equipamentos necessários para a execução destes exames.

Considera-se, ainda, que o HUM realiza seus atendimentos através do SUS, instituído pela Lei Nacional N.º 8.080/1990, que visa oferecer gratuitamente e de forma integral, serviços de saúde preventiva e reparatória à população, sem adstringir a sua prestação a qualquer condição ou termo, conforme preconizam o caput do artigo 2º e os incisos I e II, do artigo 7º, do mencionado Diploma Legal, adiante transcritos:

*Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.*

*Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 798 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:*

*I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;*

*II - integralidade de assistência, entendido como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.*

Os dispositivos constitucionais mencionados dispõem que:

*Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Art. 196º. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Neste contexto, tendo em vista a qualidade dos serviços assistenciais e a garantia do suporte laboratorial especializado como parte das atividades multidisciplinares que engloba diversas ações pertinentes ao tratamento dos pacientes, é essencial que se proceda a investimentos permanentes nas áreas estruturais, aquisição de insumos, materiais e em equipamentos adequados, visando prover as condições necessárias à prestação dos serviços de saúde, e em específico, na execução dos exames laboratoriais.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**3.1** A descrição da solução são as especificações constantes nos itens 1.1 e 1.2 deste termo de referência.

#### **3.2 Soluções Existentes no mercado**

##### **3.2.1 Alternativa 1 – Compra dos equipamentos**

A aquisição de equipamentos deste porte e categoria não oferece vantagem, pois apresenta um elevado custo e o inconveniente do tempo relativamente curto do período de garantia contratual, do qual, após o encerramento, é necessário que se realize licitações de manutenção preventiva e corretiva. Em caso de quebra, até que se conserte o equipamento, haveria necessidade de reposição imediata dos equipamentos para atender a demanda, com a aquisição de equipamentos de reserva, elevando ainda mais o custo da aquisição e bloqueando recursos que podem ser utilizados de forma mais eficaz.

##### **3.2.2 Alternativa 2 – Participação em intenção de registro de preço**

A licitação para formação de ata de registro de preço não é o método utilizado para a viabilização deste tipo de contratação, pois os objetos exigem garantias contratuais além das de mercado. Informa-se também, que não foram encontradas atas de registro de preço homologadas contendo os itens, ou intenção de registro de preço para a contratação dos objetos deste processo.

##### **3.2.3 Alternativa 3 – Realização de licitação pelo HUM**

Considerando as contratações similares realizadas por outros órgãos dos objetos pretendidos com a mesma finalidade e aplicação, sendo realizada geralmente por meio de contrato de locação, opta-se pela **alternativa 3.**

A locação evita contratações correlatas de manutenção, e a aquisição de insumos à parte do objeto locado restringe os gastos com materiais de consumo à necessidade da realização dos mesmos, especialmente nos casos de reagentes/exames de mensuração simples (número de testes/caixa).

#### 4 PESQUISA DE PREÇOS

**4.1** A pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao art. 296 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os meios utilizados para a pesquisa de preço de mercado, visando maior amplitude, foram:

- Pesquisa com os fornecedores em potencial (Solicitação de cotação de preço via e-mail para fornecedores em potencial, conforme certames anteriores, fornecedores do mesmo serviço em outros órgãos);
- Portal de compras governamentais: Painel de Preços do Governo Federal (PDP);
- Sistema GMS-PR;
- Informa-se que não há oferta de venda online dos serviços e materiais deste processo, em virtude da complexidade envolvida nos cálculos de custo unitários dos itens, e por se tratarem de materiais de uso exclusivamente hospitalar/laboratorial, cujo sistema de aquisição por pessoas jurídicas de direito privado se dá através de contratos, e não por compras informais via internet.

Após análise dos preços recebidos e coletados, a verificação de que os preços máximos definidos condizem com o praticado no mercado foi aferida por meio de:

- Comparação com valores encontrados em pregões/contratos de outras instituições públicas;
- Comparação com valores de bancos de preço;
- Comparação com a última compra: este critério foi utilizado como último recurso, em face do baixo retorno de orçamentos com fornecedores, e somente como comparativo, não compondo o cálculo dos valores máximos.

Não foi possível fazer comparação de preço entre fornecedores, pois apenas uma (1) empresa respondeu o pedido de cotação, que foi enviado para 10 empresas especializadas nos materiais deste processo. Dentro do prazo de 16 dias úteis, não houve mais retornos.

Conforme verificação realizada, o critério utilizado para definição do preço máximo variou conforme os valores coletados dos itens se apresentaram.

Alguns dos valores levantados foram desconsiderados do cálculo, por se apresentarem superestimados, podendo tornar o valor final demasiadamente elevado.

Entretanto, o “menor preço” é um dos preços do mercado, mas não reflete o mercado como um todo. Nesse sentido, entende-se que o preço de mercado é mais bem representado pela mediana, ou a média, a depender dos valores e análise individual de cada caso, uma vez que se tratam-se de tendências centrais e, dessa forma, podem representar de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado. Em relação a valores diferentes, encontrados em atas de outros órgãos, entende-se que estes valores podem sofrer variação em virtude da especificação dos itens (equipamento novo x usado, se haverá envio de materiais bonificados ou se todos os insumos serão faturados, etc). Pequenas variações, para mais e para menos, podem ser explicadas pelas datas dos pregões, marca fornecida, dentre outras condições comerciais e de mercado. Entende-se também, que estes preços são definidos após a disputa pelos fornecedores, o que geralmente reduz o valor do item em relação ao estabelecido como valor unitário máximo no pregão. Ainda, conforme o Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão 4952/2012, “o menor preço deve ser utilizado **apenas** quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou mediana”.

Neste sentido, para os **itens 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12 e 13**, optou-se por utilizar o **menor valor** cotado diretamente por fornecedor, por entender que foram levadas em consideração as características solicitadas para o fornecimento dos itens. Para estes itens, tanto a média quanto a mediana mostraram-se mais elevadas que os valores da cotação, e portanto, esta opção reduziu o valor máximo de aquisição dos itens.

Para os itens **6 e 18** foi adotada a **mediana**. Diante da existência de valores muito discrepantes, entende-se que preços significativamente altos ou significativamente baixos podem afetar a média substancialmente, comprometendo os resultados da pesquisa de preços. A mediana, por outro lado, tende a ser pouco afetada

por valores muito diferentes do padrão. Desse modo, na dúvida se ainda existe algum preço muito alto ou muito baixo, optou-se pela mediana. Esses valores encontram-se, ainda, inferiores ao da única cotação recebida.

O valor máximo dos **itens 8, 14, 15, 17 e 19** foi definido pela **média**. Estes valores são inferiores aos da única cotação recebida, e estão em concordância com os valores praticados em contratos similares.

Importante ressaltar que cada contrato possui sua particularidade, e, via de regra, quantitativos maiores de exames tendem a diminuir o preço médio dos reagentes, portanto a comparação de preço de um mesmo produto comercializado em quantidades diferentes deve ser feita com cautela e conhecimento do mercado.

Acredita-se que os valores definidos possibilitam participação de mais empresas e oportuniza disputa de propostas, que pode levar à diminuição de valor final do processo.

## 5 PARCELAMENTO DO OBJETO

**5.1** Não será adotado o parcelamento do objeto na presente licitação referente aos itens.

O fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por danos ou por defeito de execução.

Ademais, a mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar resultaria em perda de economia de escala.

Além das razões acima enumeradas, a contratação por preço global viabiliza de maneira mais eficiente o planejamento e a racionalização do trabalho, a gestão dos contratos, e o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade.

## 6 SUSTENTABILIDADE

**6.1** O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**6.2** Não serão incluídas exigências de logística reversa apresentadas pela Lei 20.132/2020. Isso se deve ao fato do laboratório prover destinação adequada a todos os resíduos gerados (resíduos de saúde), sem necessidade de logística reversa de insumos.

## 7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**7.1** Aquisição de se dará em lote/item único não sendo possível a aplicação de reserva de cota para empresas enquadradas como **ME/EPP/MEI**. Entretanto, **não** se afasta a possibilidade de participação de ME/EPP/MEI, assim como a legislação estabelece norma específica referente ao tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

## 8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## 9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

**9.1.** Os equipamentos locados, objeto desta contratação, deverão ser entregues de forma definitiva em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato (**forneimento, instalação, qualificação, treinamento e validação**), independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta; a primeira entrega dos consumíveis deverá ser realizada juntamente com a entrega dos equipamentos locados, as demais entregas deverão ser realizadas em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da data do

recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento (OF), independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

**9.1.1 A primeira fatura, referente à locação, deverá ser emitida somente 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos equipamentos locados. Entende-se por entrega definitiva o fornecimento, instalação, qualificação, treinamento e validação dos equipamentos locados.**

**9.2** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.4.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.6** O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar e instalar o objeto no endereço relacionado no Anexo VI, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

**9.8** Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

**9.9** Caso sejam recebidos materiais avariados (embalagens quebradas ou danificadas) ou com desvio de qualidade perceptível no recebimento (temperatura de armazenamento e transporte inadequada para itens termolábeis, dentre outros possíveis desvios de qualidade, conforme especificações técnicas), o fornecedor será notificado por email com o quantitativo e fotos do material avariado, ou outras comprovações (exemplo: relatórios de controle de qualidade não conformes, etc), para o qual será solicitada reposição sem custos ao contratante.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.1** A primeira fatura, referente à locação, deverá ser emitida somente 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos equipamentos locados. Entende-se por entrega definitiva o fornecimento, instalação, treinamentos e pleno funcionamento dos equipamentos locados.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item **12.4.1** das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56, e/ou FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação.

**11.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

**12.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**12.2** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

**12.3** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

## **14.SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**15.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que o pagamento será realizado após o período mensal de locação (equipamento) ou da entrega definitiva dos insumos e que em eventual descumprimento das cláusulas estabelecidas no edital de licitação, não acarretará prejuízos à Administração que coloque em risco as ações e serviços da instituição.

## 16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

**16.1** Não se aplica garantia contratual dos bens na presente contratação tendo em vista que o objeto da licitação é locação de bem com fornecimento de insumos compatíveis.

## 17 VIGÊNCIA:

**17.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## 18. DO REAJUSTAMENTO.

**18.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

Para definição do índice de atualização do contrato, observou-se a variação dos 04 (quatro) principais índices nacionais (IPCA/IBGE – INPC/IBGE – IPC/FIPE – IGPM/FGV) nos últimos 4 (quatro) anos. Conforme tabela abaixo, verifica-se a variação acumulada entre os índices:

| ANO          | IPCA/IBGE    | IPC/FIPE     | INPC/IBGE    | IGPM/FGV     |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 2020         | 4,52         | 5,62         | 5,45         | 23,14        |
| 2021         | 10,06        | 9,74         | 10,16        | 17,78        |
| 2022         | 5,79         | 7,32         | 5,93         | 5,45         |
| 2023         | 4,62         | 2,98         | 3,82         | 3,31         |
| <b>TOTAL</b> | <b>24,99</b> | <b>25,66</b> | <b>25,36</b> | <b>49,68</b> |

Verifica-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tem apresentado menos alta em relação aos outros índices analisados. Com isso, nos contratos administrativos firmados pela Administração Pública, torna-se mais vantajoso aplicar o IPCA nos reajustes.

**18.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**18.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**18.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**18.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**18.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- **19.1** A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual do Estado do Paraná – PCA-E 2024, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-do-Estado-PCA-E-2024>.
- **19.2** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; e/ou

– FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 – dotação 4760.10.122.35.8169; e/ou

- Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM.

## **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## ANEXO II

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 [duas] horas (prorrogável por igual período a critério do pregoeiro), a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 O licitante que for cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), ficará dispensado da apresentação dos documentos de habilitação que constam no item 1.2, contemplados nos referidos cadastramentos.

1.1.1 É dever do licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou GMS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

1.1.2 O pregoeiro verificará eletronicamente a situação cadastral, sendo que os documentos que não estiverem contemplados e ou/válidos nos referidos cadastramentos, deverão ser apresentados pelo licitante dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

1.1.3 **Para formalização da contratação, o licitante vencedor deste certame, caso não tenha, DEVERÁ se cadastrar no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR/GMS.**

1.2 Os documentos de habilitação de que se trata este anexo são:

**1.2.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado ou que estejam contemplados no (SICAF) do Sistema de Compras do Governo Federal e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) gerenciado pelo Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS/SEAP.

**1.2.2 Documentos de habilitação jurídica:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.2.3 Documentos de habilitação fiscal, social E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **1.2.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1.2.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.2.4.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, somente será aceita se emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura desta licitação.

**1.2.4.1.2** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.2.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.2.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.2.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

**1.2.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 [um] no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 [um] no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 [um] no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.2.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

## **1.2.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E DE CAPACIDADE TÉCNICA:**

**1.2.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de prestação de serviços iguais ou similares ao do objeto da licitação, emitidos de forma expressa e inequívoca em nome da Proponente compatível (is) em característica (s) ao objeto da licitação;

**1.2.5.2** Alvará/Licença Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de revalidação acompanhada de cópia de registro vencido. Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de protocolo;

**1.2.5.3** Autorização de Funcionamento (AFE), concedida pela ANVISA, conforme conforme Art. 2º da Lei Federal Nº 6.360/1976.

## **1.2.6 DECLARAÇÕES:**

**1.2.6.1** Declaração de inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores, declaração de atendimento à logística reversa dos produtos e declaração de reserva de cargos (Anexo V).

**1.2.6.2** Declaração de ciência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Anexo IX).

**1.2.7** **COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

**1.2.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.2.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.2.7.1.2** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.2.7.1.3** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.2.8** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.2.9** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**ANEXO III**  
**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx    Ano: xxx**

**DADOS DO FORNECEDOR**

|             |          |                      |         |
|-------------|----------|----------------------|---------|
| Fornecedor: |          | Inscrição Estadual : |         |
| CNPJ/CPF :  |          |                      |         |
| Endereço :  |          |                      |         |
| Bairro:     |          | Cidade:              | Estado: |
| CEP:        |          |                      |         |
| Telefone:   | Fax:     | e-mail:              |         |
| Banco:      | Agência: | Conta-corrente:      |         |

**Constitui objeto desta licitação:** Locação de equipamento de imunologia e fornecimento de insumos compatíveis para atender à demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário de Maringá, pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado na forma legal.

**1.Especificações técnicas:**

| Item | Descrição | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-----------|------------|----------------|-------------|
|      |           |            |                |             |

2. A validade da proposta é de 90 [noventa] dias.

3. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

4. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

\_\_\_\_\_ Representante Legal

**ANEXO IV****MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º .../2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

OUTORGANTE

---

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

---

**Nome do representante legal**

## **ANEXO VI**

### **LOCAIS DE ENTREGA**

a) Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), Av. Mandacaru nº 1590, Maringá – Pr;

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

**CONTRATANTE:** A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**, com sede na Avenida Colombo, nº 5.790, Campus Universitário, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.151.312/0001-56**, neste ato representado(a) pela Superintendente do Hospital Universitário Regional de Maringá, Sra. Cremilde Aparecida Trindade Radovanovic, nomeado pelas Portarias nº **969/2022** e **...../2024**, inscrito(a) no CPF sob o nº **793.535.849-49**, portador da carteira de identidade nº **4.596.823-5**.

**CONTRATADO(A):** **[NOME]**, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede no(a) **XXXXXXXXXX**, neste ato representado por **[NOME E QUALIFICAÇÃO]**, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado no(a) **XXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXX** e telefone **XXXXXXXXXX**.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº **.../2024** (protocolo nº xxx) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a **locação de equipamento de imunologia e fornecimento de insumos compatíveis para atender à demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário de Maringá.**

| Item   | Descrição do objeto | Exigências complementares | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário | Valor total |
|--------|---------------------|---------------------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| Item 1 |                     |                           |                   |            | R\$            | R\$         |

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº **.../2024**, objeto do processo administrativo nº **XXX**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº **XXXXXXXXXX**, de **XXXXXXXXXX** e conforme ato de autorização nas fls. **[XXXX]** deste protocolo.

3 FORMA DE EXECUÇÃO:

**3.1** Os equipamentos locados, objeto desta contratação, deverão ser entregues de forma definitiva em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do contrato (**fornecimento, instalação, qualificação, treinamento e validação**), independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta; a primeira entrega dos consumíveis deverá ser realizada juntamente com a entrega dos equipamentos locados, as demais entregas deverão ser realizadas em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento (OF), independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta.

**3.2** A primeira fatura, referente à locação, deverá ser emitida somente 30 (trinta) dias após a entrega definitiva dos equipamentos locados. Entende-se por entrega definitiva o fornecimento, instalação, qualificação, treinamento e validação dos equipamentos locados.

#### **4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**4.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

**4.3** No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

#### **5. DO REAJUSTE.**

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA, conforme justificativa do item 18 do Termo de Referência.

#### **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços contratados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

#### **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** A entrega dos equipamentos deverá ser realizada no local indicado no Anexo VI, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**7.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**7.4.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**7.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**7.6** O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar e instalar o objeto no endereço relacionado no Anexo VI, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

#### **8 FONTE DE RECURSOS:**

**8.1** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; e/ou

– FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 – dotação 4760.10.122.35.8169; e/ou

- Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM.

## **9 VIGÊNCIA:**

**9.1** O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

### **10.1 São obrigações do Contratado:**

**10.1.1** efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.5** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.6** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.7** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.8** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.8.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **10.2 São obrigações do Contratante:**

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## 11 FORMA DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 14.8.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que o pagamento será realizado após o período mensal de locação (equipamento) ou da entrega definitiva dos insumos e que em

eventual descumprimento das cláusulas estabelecidas no edital de licitação, não acarretará prejuízos à Administração que coloque em risco as ações e serviços da instituição.

### **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

**13.1** Não se aplica garantia contratual dos bens na presente contratação tendo em vista que o objeto contratado é locação de bem com fornecimento de insumos compatíveis.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a)** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b)** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c)** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.5** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.6** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

**14.7** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.8.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contrato.

**14.8.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.9** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.10** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.11** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.12** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**14.13** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.14** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**15.4** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**16.5** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

**17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1** O contratante e o contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**17.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis a própria execução dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

---

Representante Legal

**ANEXO IX****DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

**1.** Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

**2.** Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

**3.** O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**